



**PROCESSO TC nº 06.093/23**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência de Alagoa Nova, **Sra. Veneranda Goncalves Neta**, concedendo aposentadoria por invalidez com proventos integrais a **Sra. Maria Nazaré dos Santos**, matrícula nº 690, Gari, lotada na Secretaria Municipal de de Obras e Urbanismo, que contava, à época, com 24 anos, 04 meses e 08 dias de tempo de contribuição e idade de 57 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 22/2023] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



Processo TC nº 06.093/23

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): **Maria Nazaré dos Santos**

Órgão: **Instituto de Previdência de Alagoa Nova**

Gestor Responsável: **Veneranda Goncalves Neta**

Procurador/Patrono: **Enio Silva Nascimento – OAB/PB 11.946 e OAB/PE 1.944-A**

Aposentadoria por invalidez com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

**ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0390 /2024**

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 06.093/23**, referente aposentadoria por invalidez com proventos integrais da **Sra. Maria Nazaré dos Santos**, matrícula nº 690, Gari, lotada na Secretaria Municipal de de Obras e Urbanismo, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 22/2023], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.**

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 29 de fevereiro de 2024.**

Assinado 4 de Março de 2024 às 11:10



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 1 de Março de 2024 às 12:44



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 4 de Março de 2024 às 08:40



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO